EDITAL COMPLEMENTAR DA CONVOCAÇÃO PARA A PROVA ORAL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2022

O Presidente da Comissão do X Concurso Público para ingresso na Carreira de Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, nos seus anexos e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **EDITAL COMPLEMENTAR DA CONVOCAÇÃO PARA A PROVA ORAL** do **CONCURSO PÚBLICO aberto pelo Edital nº 02/2022**, nos seguintes termos:
Art. 1° A Prova Oral será realizada no seguinte local: Universidade Federal de Roraima, Endereço: Av. Cap. Ene Garcês, 2413 – Aeroporto, Boa Vista – RR.

I – Fica divulgado no **ANEXO I** deste Edital, a data e ordem de cada candidato, para a realização da Prova Oral.

II – O candidato deverá comparecer com **antecedência mínima de 1 (uma) hora** do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização da prova, **munido do seu DOCUMENTO ORIGINAL OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO.**

Art. 2º Ficam divulgadas as disciplinas, objetos de avaliação da Prova Oral, do referido certame:

PROVA ORAL	
DISCIPLINA	EXAMINADOR
Tutela de Interesses Difusos e Coletivos e Direito Processual Civil	Sérgio Turra Sobrane
Direito Administrativo e Legislação do Ministério Público	Marcelo Duarte Daneluzzi
Direito Civil e Direito da Infância e Juventude	Oswaldo Peregrina Rodrigues
Direito Penal	Martha de Toledo Machado
Direito Constitucional e Direitos Humanos	Luiz Sales do Nascimento
Direito Processual Penal e Direito Eleitoral	Eduardo Araújo da Silva

I – Fica divulgado no **ANEXO II** deste Edital os pontos das disciplinas a serem sorteados.

Art. 3º O sorteio dos pontos ocorrerá no momento da arguição.

Art. 4º O tempo de duração da prova oral, por candidato, será de até 15 (quinze) minutos para arguição e perguntas, para cada examinador, totalizando 1h30min.

Art. 5º Conforme a tabela 10.1, do Edital de Abertura nº 02/2022, a Prova Oral é de caráter eliminatório e classificatório.

Art. 6º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

ANEXO I – EDITAL COMPLEMENTAR DA CONVOCAÇÃO PARA APROVA ORAL	
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2022	
401 – PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO	
Data: 01/03/2024 – 08h00min	
Nome	**Inscrição**
Ana Luiza Aguilar De Rezende	4780000250
Andressa Olmedo Minto	4780008509

Ariane Grisolia Faria Silva	4780000078
Artur Bonfim Da Conceição	4780000072
Bruno Bicudo Goncalves	4780010303
Data: 01/03/2024 – 14h00min	
Nome	**Inscrição**
Carlos Philippe Sousa Gomes Da Silva	4780004734
Dax Barreto Bogo	4780000606
Eliane Fratane Hentzy	4780000883
Felipe Stuart Souza De Almeida	4780000499
Francisco De Salles Bezerra Farias Neto	4780001521
Gabriel Cardoso Lopes	4780000523
Gabriela Rabelo Vasconcelos	4780009500
Gabriele Bulcão Visco	4780000484
Geovanna Pinheiro Da Silva	4780002107
Grace Mara Souza Brandao	4780000797
Data: 02/03/2024 – 08h00min	
Nome	**Inscrição**
Igor Fabrício Gomes Dourado	4780000154
Irapuam Praxedes Dos Santos	4780006331
Isadora Sampaio Mendonça	4780000113
Jandeson Da Costa Barbosa	4780000196
Jéssika Christina Poton De Abreu	4780000065
Julia Fernandes De Brito	4780000766
Data: 02/03/2024 – 14h00min	
Nome	**Inscrição**
Keneth Mickelsen Almeida De Oliveira	4780000603
Luã Brito Barbosa	4780003097
Luana Soido Teixeira E Silva	4780000176
Lucivaldo Cohen Borges	4780000109
Marcela Maria Do Canto Defert	4780000100
Marcos Fabricio Viana Do Nascimento Andrade	4780012452
Mariana Coelho Teixeira Leite	4780000544
Matheus Ravi Rodrigues Da Silva	4780000436
Maura Lelis Guimarães Goulart	4780000919
Mayanna De Araújo Santiago	4780002140

Data: 03/03/2024 – 08h00min	
Nome	**Inscrição**
Maycon Robert Moraes Tomé	4780000064
Moniky Gama De Lima Arruda	4780001810
Nayra Brandão Rocha	4780011875
Nedson Fernandes Brilhante Da Silva	4780000820
Pablo Michel De Melo Souza	4780001645
Paola Branco Souza Von Held Soares	4780000811
Data: 03/03/2024 – 14h00min	
Nome	**Inscrição**
Patrícia Silva Delfino Bontempo	4780000034
Paulo Augusto Da Silva Brígido	4780007486
Pedro Henrique Peixoto Fernandes Brandao	4780004351
Rafael Ribeiro Caldeira Rocha	4780008344
Sissy Vinholte Nascimento	4780011645
Suelen Shirley Rodrigues Da Silva Oliveira	4780000153
Taina Levorato Basso	4780003659
Terezinha Damasceno Taumaturgo	4780000786
Vanessa Bagano De Brito	4780000667
Vanessa Rende Queiroz	4780008674

ANEXO II – EDITAL COMPLEMENTAR DA CONVOCAÇÃO PARA A PROVA ORAL
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2022

PONTO 01

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Regime jurídico administrativo.
- Atividade administrativa: prestação de serviços, intervenção do Estado na ordem econômica e fomento de atividade de interesse público.

DIREITO CIVIL

- Dos contratos em geral e em espécie.
- Da prescrição e da decadência. Da forma e da prova.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- Teoria da Constituição.
- Conceito e classificação das constituições. Direitos e Garantias Fundamentais.

DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

- Entidades de atendimento e medidas de proteção.

DIREITO ELEITORAL

- Garantias Eleitorais. Proteção à liberdade de voto.

- Processo Penal Eleitoral.
- Crimes eleitorais.

DIREITOS HUMANOS

- Conceito e evolução histórica: dimensões dos Direitos Humanos.
- Ministério Público e a defesa dos Direitos Humanos.

DIREITO PENAL

- Parte Geral:

Teoria geral do crime.
– Concurso de pessoas.
– Penas - execuções.

- Parte Especial:

– Crimes contra a pessoa.
– Crimes contra o patrimônio.
– Crimes contra a dignidade sexual.
– Crimes contra a Administração Pública.

- Leis Especiais:

– Crimes resultantes de preconceito de raça ou cor.
– Crimes relativos à criança e ao adolescente.
– Crimes de trânsito.
– Crimes referentes a drogas.
– Estatuto do Desarmamento.
– Contravenções penais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Sujeitos do processo e função jurisdicional.
- Despesas e multas. Gratuidade da justiça.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Princípios que regem o processo penal.
- Aplicação e interpretação da lei processual.
- Inquérito policial e investigação criminal.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

- Inquérito civil.
- Improbidade Administrativa.
- Inclusão Social.

LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- Lei Orgânica Nacional do Ministério Público: princípios institucionais do Ministério Público.

PONTO 02

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Poderes administrativos.
- Serviços públicos.

DIREITO CIVIL

- Direito das sucessões.
- Inventário e Partilha.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- Poder Constituinte.
- Nacionalidade e direitos políticos. Partidos Políticos. Direitos e Garantias Fundamentais.

DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

- Promotor de Justiça da Infância e Juventude. Conselho Tutelar.

DIREITO ELEITORAL

- Partidos políticos.
- Recurso contra a diplomação.
- Procedimento para a apuração dos crimes eleitorais.

DIREITOS HUMANOS

- Sistema Internacional e Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.

DIREITO PENAL

- Parte Geral:

– Teoria geral do crime.
– Concurso de pessoas.
Aplicação da Lei Penal.

- Parte Especial:

– Crimes contra a pessoa.
– Crimes contra o patrimônio.
– Crimes contra a dignidade sexual.
– Crimes contra a Fé Pública.

- Leis Especiais:

– Crimes de responsabilidade de prefeitos.
– Crimes relativos à criança e ao adolescente.
– Crimes de trânsito.
– Crimes referentes a drogas.
– Crimes contra o consumidor.
– Crime de organização criminosa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Procedimento comum. Petição inicial e seus requisitos. Registro, distribuição e valor da causa. Pedido e Cumulação. Deferimento, indeferimento e emenda da petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Contestação e reconvenção, revelia e seus efeitos. Providências preliminares.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Ação penal.
- Ação civil e execução civil da sentença condenatória.
- Execução das penas e seus incidentes.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

- Ação Civil Pública.
- Meio Ambiente.

LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima: órgãos de Administração Superior do Ministério Público de Roraima: estrutura e atribuições.

PONTO 3

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Restrições do Estado sobre a propriedade privada.
- Processo administrativo.

DIREITO CIVIL

- Dos atos e fatos jurídicos
- Do condomínio. Dos direitos reais sobre coisa alheia.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- Organização do Estado. Repartição de competências. Direitos e Garantias Fundamentais.

DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

- Procedimentos e recursos no ECA.

DIREITO ELEITORAL

- Alistamento eleitoral. Domicílio eleitoral. Capacidade eleitoral.
- Ministério Público eleitoral. Composição e atribuições.
- Competência para julgamento dos delitos eleitorais.

DIREITOS HUMANOS

- Ministério Público e a defesa dos Direitos Humanos.
- Sistema Único de Saúde.
- Igualdade Racial.

DIREITO PENAL

- Parte Geral:

– Teoria geral do crime
Concurso de pessoas.
– Penas - execuções e medidas de segurança.

- Parte Especial:

– Crimes contra a pessoa.
– Crimes contra o patrimônio.
– Crimes contra a dignidade sexual.
– Crimes contra a Família.

- Leis Especiais:

– Crimes referentes a licitações e contratos administrativos.
– Crimes relativos à criança e ao adolescente.

– Crimes de trânsito.
– Crimes referentes a drogas.
– Crimes de tortura.
– Tratamento jurídico do tráfico de pessoas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Atos das partes.

Pronunciamentos do juiz. Prazos. Penalidades e preclusões.

- Princípios processuais.
- Advocacia Pública e Defensoria Pública.
- Deveres das partes e procuradores.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Jurisdição e competência.
- Questões e processos incidentes.
- Prova.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

- Inquérito Civil.
- Patrimônio público: tutela da probidade administrativa.
- Pessoa com Deficiência. Igualdade Racial.

LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Leis Orgânicas do Ministério Público: garantias e vedações dos Membros do Ministério Público.

PONTO 04

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Atos administrativos.
- Polícia administrativa.

DIREITO CIVIL

- Sucessão Legítima, Testamentária e Testamento.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- Organização dos Poderes.
- Funções Essenciais à Justiça.
- Princípios constitucionais. Interpretação constitucional. Eficácia das normas constitucionais.

DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

- Crimes e Infrações Administrativas.
- Prática de Ato Infracional.

DIREITO ELEITORAL

- Alistamento eleitoral. Domicílio eleitoral. Capacidade eleitoral.
- Ministério Público eleitoral. Composição. Atribuições.
- Recursos na Justiça Eleitoral.

DIREITOS HUMANOS

- Tratados e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos incorporados pelo ordenamento brasileiro.

DIREITO PENAL

- Parte Geral:

– Teoria geral do crime.
– Concurso de pessoas.
– Penas - execuções e extinção da punibilidade.

- Parte Especial:

– Crimes contra a pessoa.
– Crimes contra o patrimônio.
– Crimes contra a administração pública.
– Crimes contra a incolumidade pública.

- Leis Especiais:

– Crimes referentes ao abuso de autoridade.
– Crimes relativos à criança e ao adolescente.
– Crimes de trânsito.
– Crimes referentes a drogas.
– Crimes contra o meio ambiente.
– Crime de organização criminosa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Ministério Público. Competência. Partes e procuradores. Representação processual .
- Normas processuais civis: normas (regras e princípios) fundamentais; interpretação e aplicação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Fatos e atos processuais (citação, notificação e intimação).
- Sujeitos do processo.
- Sentença e coisa julgada.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

- Ação Civil Pública. Improbidade Administrativa.
- Consumidor.

LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Procedimentos investigatórios do Ministério Público: espécies e poderes instrutórios.

PONTO 05

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Licitação e contratos administrativos.
- Ajustes, parcerias, convênios e consórcios.

DIREITO CIVIL

- Regimes de Bens no Casamento e na União Estável.
- Das pessoas. Das pessoas naturais e jurídicas. Personalidade e da capacidade. Dos direitos da personalidade. Uso do nome social e direito a alteração do nome. Da ausência.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- Ministério Público: Organização, princípios, funções, garantias e vedações. Finalidades institucionais. Conselho Nacional do Ministério Público.

DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

- Entidades de atendimento e medidas de proteção.

DIREITO ELEITORAL

- Crimes eleitorais. Processo penal eleitoral.
- Ministério Público eleitoral. Composição. Atribuições.
- Captação ilícita de sufrágio. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoral.

DIREITOS HUMANOS

- Pessoas com deficiência. Direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais.

DIREITO PENAL

- Parte Geral:

– Teoria geral do crime.
– Concurso de pessoas.
– Penas - execuções e extinção da punibilidade.

- Parte Especial:

– Crimes contra a pessoa.
– Crimes contra o patrimônio.
– Crimes contra a dignidade sexual.
– Crimes contra a paz pública.

- Leis Especiais:

– Estatuto do desarmamento.
– Crimes relativos à criança e ao adolescente.
– Crimes de trânsito.
– Crimes referentes a drogas.
– Crimes relativos à interceptação telefônica.
– Contravenções penais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Comunicação de atos processuais.
- Incidente de desconsideração da personalidade jurídica, *amicus curiae* e outras intervenções. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros, assistência, denunciação da lide e chamamento ao processo.
- Métodos de resolução dos litígios individuais e coletivos.
- Conciliação, mediação. Convenções processuais.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Prisão e medidas cautelares.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

- Inquérito Civil.

- Meio Ambiente.
- Inclusão social, saúde pública e assistência social.

LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Lei Orgânica do Ministério Público de Roraima: Conselho Superior do Ministério Público e Colégio dos Procuradores de Justiça. Composições e atribuições.

PONTO 06
DIREITO ADMINISTRATIVO
- Licitações e contratos administrativos.
- Improbidade administrativa.

DIREITO CIVIL
- Do bem de família.
- Da guarda, tutela e curatela.

DIREITO CONSTITUCIONAL
- Ordem econômica e financeira. Direitos e Garantias Fundamentais.
- Recepção, repristinação e desconstitucionalização.
- Ações constitucionais e controle de constitucionalidade.

DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
- Princípios e direitos fundamentais do ECA.

DIREITO ELEITORAL
- Juizados especiais nos delitos eleitorais.
- Justiça Eleitoral: órgãos, composição e competência.
- Ação de investigação judicial eleitoral.

DIREITOS HUMANOS
- Sistema Único de Assistência Social.
- Sistema Único de Saúde.
- População em situação de rua.
- Ministério Público e a defesa dos Direitos Humanos.

DIREITO PENAL
- Parte Geral:

– Teoria geral do crime.
– Concurso de pessoas.
– Imputabilidade penal.

- Parte Especial:

– Crimes contra a pessoa.
– Crimes contra o patrimônio.
– Crimes contra a administração pública.
– Crimes contra o sentimento religioso e respeito aos mortos.

- Leis Especiais:

– Crimes referentes ao parcelamento do solo urbano.
– Crimes relativos à criança e ao adolescente.
– Crimes de trânsito.
– Crimes referentes a drogas.
– Crimes referentes ao idoso.
– Crimes contra a ordem tributária e as relações de consumo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL
- Sentença, coisa julgada e recursos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL
- Procedimento comum.
- Procedimento dos crimes de competência do Tribunal do Júri.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS
- Ação Civil Pública.
- Urbanismo. Parcelamento do solo urbano. Cidades.
- Idoso.

LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público.

PONTO 07

DIREITO ADMINISTRATIVO
- Descentralização e desconcentração administrativas.
- Controle da Administração Pública.

DIREITO CIVIL
- Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.
- Da filiação. Adoção. Poder familiar.

DIREITO CONSTITUCIONAL
- Ordem social.
- Direito à educação.

DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
- Medidas de proteção.
- Medidas pertinentes aos pais e responsáveis.

DIREITO ELEITORAL
- Direitos políticos. Privação dos direitos políticos.
- Crimes eleitorais. Processo penal eleitoral.
- Partidos políticos.

DIREITOS HUMANOS
- Homofobia.
- Igualdade Racial.
- Dimensões dos Direitos Humanos.
- Tratados e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos incorporados pelo ordenamento brasileiro.

DIREITO PENAL
- Parte Geral:

– Teoria geral do crime.
– Concurso de pessoas.
– Penas e imputabilidade penal.

- Parte Especial:

– Crimes contra a pessoa.
– Crimes contra o patrimônio.
– Crimes contra a dignidade sexual.
– Crimes contra a propriedade imaterial.

- Leis Especiais:

– Crimes contra as pessoas com deficiência.
– Crimes relativos à criança e ao adolescente.
– Crimes de trânsito.
– Crimes referentes a drogas.
– Crimes hediondos.
– Crimes referentes ao idoso.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL
- Procedimentos de jurisdição voluntária. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.
- Juiz. Poderes, deveres e responsabilidades. Impedimentos e suspeição. Ministério Público. Perfil constitucional. Intervenção como parte. Intervenção como fiscal da ordem jurídica. Poderes investigatórios. Responsabilidades. Impedimentos e suspeição. Advocacia pública. Regime processual. Defensoria pública. Regime processual.

DIREITO PROCESSUAL PENAL
- Lei dos Juizados Especiais.
- Procedimentos especiais.
- Disposições processuais penais em leis especiais.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS
- Inquérito Civil.
- Consumidor.
- Transtorno Mental. Pessoa com Deficiência.

LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Princípios institucionais do Ministério Público.

PONTO 08
DIREITO ADMINISTRATIVO
- Agentes públicos.

- Servidores públicos.
- Responsabilidade civil do Estado.

DIREITO CIVIL

- Negócio Jurídico.
- Do direito de família. Do direito pessoal. Do casamento. Do casamento homoafetivo. Da capacidade matrimonial. Formalidades. Dos impedimentos. Das causas suspensivas. Do processo de habilitação. Da celebração e do casamento. Das provas do casamento. Dos efeitos. Da eficácia do casamento. Da invalidade ou nulidade do casamento. Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- Controle de constitucionalidade.
- Ações constitucionais.
- Direitos e Garantias Fundamentais. Direitos sociais.

DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

- Princípios e direitos fundamentais do ECA.

DIREITO ELEITORAL

- Condições de elegibilidade. Inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais.
- Ação de impugnação de mandato eletivo.
- Processo penal eleitoral.

DIREITOS HUMANOS

- Sistema Internacional e Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.

DIREITO PENAL

- Parte Geral:

– Teoria geral do crime.
– Concurso de pessoas.
– Penas - execuções e extinção da punibilidade.

- Parte Especial:

– Crimes contra a pessoa.
– Crimes contra o patrimônio.
– Crimes contra a dignidade sexual.
– Crimes contra a incolumidade pública.

- Leis Especiais:

– Crimes de tortura.
– Crimes relativos à criança e ao adolescente.
– Crimes referentes à falência e à recuperação judicial ou extrajudicial.
– Crimes referentes a drogas.
– Crimes hediondos.
– Contravenções penais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Procedimento comum: julgamento conforme o estado do processo. Saneamento e organização do processo, audiência de instrução e julgamento. Suspensão do processo. Provas. Provas ilícitas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Nulidades.
- Teoria geral dos recursos.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

- Ação Civil Pública.
- Idoso. Saúde Pública.

LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Procedimentos investigatórios a cargo do Ministério Público: espécies e poderes instrutórios.

PONTO 09

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Bens públicos
- Serviços públicos. Concessão e permissão de serviço público. Parcerias público privadas

DIREITO CIVIL

- Responsabilidade Civil.
- Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- Direito à saúde e Meio Ambiente.
- Ministério Público e funções essenciais à Justiça.

DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

- Acesso à Justiça.

DIREITO ELEITORAL

- Partidos políticos.
- Ação de impugnação de registro de candidatura.
- Condições de elegibilidade. Inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais.

DIREITOS HUMANOS

- Racismo: conceito e espécies. Preconceito racial, igualdade racial e ações afirmativas.
- Pessoa com deficiência. Pessoas portadoras de transtornos mentais.
- Povos e comunidades tradicionais: Atuação do Ministério Público.
- População em situação de rua e suas interseccionalidades.

DIREITO PENAL

Parte Geral:
– Teoria geral do crime.
– Concurso de pessoas.
– Penas - execuções e extinção da punibilidade.

- Parte Especial:

– Crimes contra a pessoa.
– Crimes contra o patrimônio.
– Crimes contra a dignidade sexual.
– Crimes contra a administração pública.

- Leis Especiais:

– Crimes contra o meio ambiente.
– Crimes relativos à criança e ao adolescente.
– Crimes de trânsito.
– Crimes referentes a drogas.
– Crimes contra o consumidor.
– Estatuto do desarmamento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. *Habeas data.*
- Precedentes e julgados vinculantes.
- Incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Recursos em espécie.

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

- Inquérito Civil.
- Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Defesa em juízo. Princípios Gerais.
- Infância e Juventude. Educação.

LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público.

PONTO 10

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Processo administrativo.
- Responsabilidade civil do Estado.
- Intervenção do Estado na propriedade. Liberdade econômica.

DIREITO CIVIL

- Associações e Fundações.
- Do domicílio. Dos bens. Dos bens considerados em si mesmos (bens imóveis, móveis, fungíveis e consumíveis, divisíveis, singulares e coletivos). Dos bens reciprocamente considerados. Bens públicos e particulares. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- Direitos e Garantias Fundamentais. Tributação e orçamento.

DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

- Procedimentos e recursos no ECA.
- Promotor de Justiça da Infância e Juventude.

DIREITO ELEITORAL

- Condições de elegibilidade. Inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais.
- Ação de impugnação de mandado eletivo.
- Recursos criminais na Justiça Eleitoral.

DIREITOS HUMANOS

- Violência e discriminação em razão da identidade de gênero e orientação sexual: direitos da população LGBTQIA+. Atuação do Ministério Público.
- População carcerária e em cumprimento de pena ou de medida socioeducativa. Atuação do Ministério Público.
- Sistema Internacional e Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.

DIREITO PENAL

Parte Geral:

– Teoria geral do crime.
– Medidas de segurança.
– Penas e execuções.

- Parte Especial:

– Crimes contra a pessoa.
– Crimes contra o patrimônio.
– Crimes contra a dignidade sexual.
– Crimes contra a fé pública.

- Leis Especiais:

– Crimes contra a economia popular.
– Crimes relativos à criança e ao adolescente.
– Crimes de trânsito.
– Crimes referentes a drogas.
– Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.
– Estatuto do desarmamento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- Cumprimento de sentença e execução.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- Execução penal

TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

- Ação Popular.
- Meio ambiente.
- Política urbana. Diretrizes, instrumentos e competência. Artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Estatuto da Cidade. Parcelamento do solo urbano. Acessibilidade e mobilidades urbanas.

LEGISLAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral e Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Roraima: elegibilidade e atribuições.

FÁBIO BASTOS STICA
Presidente da Comissão do X Concurso Público para provimento de vagas
de Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público do Estado de Roraima
Procurador-Geral de Justiça

Documento assinado eletronicamente por **FABIO BASTOS STICA**, **Procurador(a)-Geral de Justiça**, em 08/02/2024, às 19:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0781498** e o código CRC **92882163**.

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

31 ANOS
Ministério Público do
Estado de Roraima